

ESPAÇO ABERTO

Valorizar a ciência e os pesquisadores

Soraya Smaili, Flavia Calé e Odir Dellagostin

A economia do século 21 tem o saber como seu principal motor. A disputa, hoje em dia, é pela fronteira do conhecimento, o que faz as nações desenvolvidas voltarem suas atenções para debates acerca da revolução 4.0, da internet das coisas, da nanotecnologia, do uso sustentável dos recursos naturais e da inteligência artificial. A ciência e a tecnologia precisam estar no centro da estratégia de desenvolvimento de um país. Mas, infelizmente, seguimos na contramão desta tendência mundial.

A Levy Economics Institute publicou em 2017 que, a cada 1% do Produto Interno Bruto (PIB) de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), pode-se ter um retorno de 9,92%. Em São Paulo, cada R\$ 1 investido em educação e pesquisa na agropecuária paulista se converte em R\$ 10 a R\$ 12 para a economia local. Proporções semelhantes se verificam nos investimentos na Embrapa: R\$ 1 para R\$ 12, segundo estudo publicado em 2019. Ou seja, é a mensuração de que investir em ciência é investir no desenvolvimento econômico e social.

Estima-se que o Brasil destina cerca de 1% do PIB para o setor, quando deveria investir pelo menos o dobro. Com orça-

mentos decrescentes, as principais agências federais de fomento à pesquisa estão deixando os grupos de pesquisa desamparados. A infraestrutura dos laboratórios e o quadro de funcionários que atuam na pesquisa nas diversas áreas do conhecimento estão defasados. O desmonte da ciência e tecnologia brasileira se torna ainda mais evidente quando focamos nos pós-graduandos, que contribuem diretamente com aproximadamente 90% da pesquisa nacional.

Atualmente, o pesquisador da pós-graduação está desamparado. Sem reajuste há nove anos, o estudante brasileiro que se dedica exclusivamente à pesquisa não tem meios para viver dignamente. O valor pago pela bolsa de mestrado (R\$ 1.500) e doutorado (R\$ 2.200) não é suficiente para a tarefa de formar novas gerações de cientistas. A inflação medida pelo IPCA acumula 63,47% de alta desde 2013 – data do último reajuste. Isso significa que, para voltarem a ter os mesmos valores do último reajuste, a bolsa de mestrado deveria ser de pelo menos R\$ 2.450,00 e a de doutorado deveria ser de R\$ 3.600,00. Em toda a série histórica, o valor das bolsas nunca esteve tão baixo. Em 1995, a bolsa de mestrado tinha um valor que hoje corresponde a R\$ 4.287,00 e a de doutorado era de R\$ 6.353,00.

Eles são a base para a geração de conhecimento e inovação, motor para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do País

A consequência deste cenário é o aumento da evasão da carreira científica no País. Dados do Anuário Estatístico de 2021 da Universidade de São Paulo (USP) apontam a queda no número de titulações em razão de trancamentos de matrículas e desistências na ordem de 27,6% entre 2018 e 2020. Em âmbito geral da pós-graduação, o aumento do número de titulados no País se deu em 2019. Foram 15.940 mestres profissionais, 54.131 mestres acadêmicos e 24.422 doutores. Em 2020, houve uma redução ge-

ral destes números, que passaram a 13.979, 46.060 e 20.066, respectivamente.

A redução da concorrência nas seleções de mestrado e doutorado nos programas também é sintoma da pouca atratividade da ciência para os jovens. Para muitos, a alternativa tem sido o subemprego para sustentarem suas atividades ou simplesmente o abandono da carreira científica. Estamos podando o futuro da ciência na fonte, ao restringir a formação de novos talentos.

Outro problema que estamos vivenciando e que vem crescendo é a fuga de cérebros. Com a escassez de financiamento para a pesquisa, pesquisadores qualificados estão buscando oportunidades em outros países. Depois de o País ter investido na formação destes doutores, deixamos de ter a contribuição deles para resolver os problemas atuais e futuros do nosso país e aceitamos que suas habilidades sejam aplicadas para o aumento do conhecimento e da riqueza de outros países. Em outras palavras, deixamos escapar a oportunidade de ampliarmos a geração de conhecimento, o que poderia garantir nossa autonomia tecnológica e, portanto, soberania e prosperidade ao País. Estancar a perda de talentos no País é tarefa estratégica para a reconstrução

nacional.

As fundações estaduais de amparo à pesquisa (FAPs) vêm suprimindo parte da lacuna deixada pelas agências federais, tanto no auxílio à pesquisa quanto na concessão de bolsas de mestrado e doutorado. Sete FAPs, preocupadas com a defasagem no valor das bolsas, já anunciaram reajustes de aproximadamente 25%. Outras oito FAPs estão avaliando a possibilidade de reajustar o valor ainda em 2022.

É imperativo que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que responde por 75% das bolsas de mestrado e doutorado do País, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que responde por mais 13%, promovam o reajuste imediato das bolsas, seguindo o exemplo das FAPs. Esta ação significa valorizar os pesquisadores e a ciência, base para a geração de conhecimento e inovação, motor para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do País. ●

RESPECTIVAMENTE, PROFESSORA TITULAR DA ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA, REITORA DA UNIFESP (2013-2021), COORDENADORA-ADJUNTA DO CENTRO DE SAÚDE GLOBAL E COORDENADORA-GERAL DO SaU, CIÊNCIA; PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS (ANPQ) E PESQUISADORA DO SaU, CIÊNCIA; E PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E DO CONSELHO DE FUNDAÇÕES DE AMPARO À PESQUISA NO BRASIL

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo**Seção:** Espaço Aberto **Caderno:** E **Página:** 6